NOVIDADES LEGISLATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaração n.º 1/2017 - Diário da República n.º 46/2017, Série I de 2017-03-06

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Membros designados ou eleitos para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Declaração n.º 2/2017 - Diário da República n.º 61/2017, Série I de 2017-03-27

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Designação de vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

AMBIENTE

Portaria n.º 107/2017 - Diário da República n.º 51/2017, Série I de 2017-03-13

AMBIENTE

Aprovada a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por SO1 - Torreira, no local de Torreira, concelho de Murtosa.

Decreto-Lei n.º 29/2017 - Diário da República n.º 54/2017, Série I de 2017-03-16

AMBIENTE

Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.

Decreto-Lei n.º 34/2017 - Diário da República n.º 60/2017, Série I de 2017-03-24

AMBIENTE

Procede à criação, por cisão, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico e do sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal, e das respetivas entidades gestoras.

Portaria n.º 125/2017 - Diário da República n.º 63/2017, Série I de 2017-03-29

AMBIENTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea localizadas no concelho de Oliveira do Bairro.

AGRICULTURA E MAR

Portaria n.º 90/2017 - Diário da República n.º 43/2017, Série I de 2017-03-01

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Procede à quinta alteração à Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 338-A/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», do PDR 2020

Portaria n.º 92-B/2017 - Diário da República n.º 44/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-02

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 320/2016, de 16 de dezembro.

Portaria n.º 92-C/2017 - Diário da República n.º 44/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-02

MAR

Estabelece as limitações à captura e descarga de biqueirão (*Engraulis encrasicholus*) na subzona IX do Conselho Internacional de Exploração do Mar com o objetivo de gerir a quota disponível ao longo de 2017.

Portaria n.º 92-D/2017 - Diário da República n.º 44/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-02

MAR

Estabelece um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco, aprovado pela Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 346/2002, de 2 de abril, e n.º 397/2007, de 4 de abril, para o ano de 2017.

Portaria n.º 104/2017 - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

A presente portaria procede à primeira alteração da Portaria n.º 163/2011, de 18 de abril, que

define o regime de produção e comércio dos vinhos com indicação geográfica (IG) «Terras da Beira».

Declaração de Retificação n.º 6/2017 - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Declaração de retificação da Portaria n.º 85-A/2017, de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro, que altera a Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 106/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Primeira alteração à Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto, que estabelece o regime de aplicação das operações n.os 3.4.1, «Desenvolvimento do regadio eficiente», e 3.4.3, «Drenagem e estruturação fundiária», inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Portaria n.º 109/2017 - Diário da República n.º 53/2017, Série I de 2017-03-15106607299

MAR

Aprova o perfil dos trabalhadores com funções técnicas do GAMA.

Decreto-Lei n.º 33/2017 - Diário da República n.º 59/2017, Série I de 2017-03-23

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Assegura a execução e garante o cumprimento das disposições do Regulamento (CE) n.º 1069/2009, que define as regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano.

SAÚDE

Portaria n.º 92/2017 - Diário da República n.º 44/2017, Série I de 2017-03-02

SAÚDE

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração

dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro

Portaria n.º 92-E/2017 - Diário da República n.º 45/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-03

SAÚDE

Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço de dispositivos médicos para apoio a doentes com incontinência ou retenção urinária, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde

Portaria n.º 92-F/2017 - Diário da República n.º 45/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-03

SAÚDE

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 284/2016, de 4 de novembro, que estabelece o regime de comparticipação dos dispositivos médicos, para apoio aos doentes ostomizados, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde

Portaria n.º 101/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07

SAÚDE E MAR

Define os procedimentos relativos à emissão do certificado médico para marítimos, aprova o respetivo modelo e define o grau de discricionariedade permitido aos médicos reconhecidos na aplicação das normas médicas.

Portaria n.º 111/2017 - Diário da República n.º 54/2017, Série I de 2017-03-16

SAÚDE

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro, que define as categorias de bens e serviços específicos da área da saúde cujos contratos públicos de aprovisionamento e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pela SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

Portaria n.º 120/2017 - Diário da República n.º 59/2017, Série I de 2017-03-23

SAÚDE

Aprova a lista de medicamentos que podem ser prescritos pelos odontologistas no exercício da sua atividade profissional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2017 - Diário da República n.º 62/2017, Série I de 2017-03-28

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E.

Portaria n.º 126/2017 - Diário da República n.º 64/2017, Série I de 2017-03-30

SAÚDE

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 340/2012, de 25 de outubro, que regula os mecanismos de avaliação e controlo no âmbito da prescrição e dispensa de medicamentos, cria as Comissões de Farmácia e Terapêutica de cada Administração Regional de Saúde (CFT-ARS) e estabelece as respetivas atribuições, composição e funcionamento.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 0221/17, de 08.03.2017, relator: Alberto Augusto Oliveira

Supremo Tribunal Administrativo

É uma questão fundamental, de interesse jurídico geral, com evidente potencialidade de expansão da controvérsia, a relativa à necessidade de notificação, aos dois membros do casal, de ordem de demolição de obras ilegais em bem comum.

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º 0846/12, de 02.03.2017, relator: Helena Canelas

Tribunal Central Administrativo Sul

Sendo o objeto da presente ação respeitante à efetivação de responsabilidade civil extracontratual fundada em facto (ato) ilícito, a apreciação e conhecimento da ilegalidade do ato administrativo em que os autores fundam a indemnização peticionada haverá de ser conhecida a título incidental e no âmbito da aferição do pressuposto da ilicitude gerador do dever de indemnizar.

O ato de aprovação do projeto de arquitetura não tem efeitos permissivos, por não ser ele que consente a realização da obra particular, mas é em tal momento, e através dele, que se definem os concretos parâmetros urbanísticos da obra a levar a cabo, e é nessa medida que o ato de

aprovação do projeto de arquitetura é constitutivo de direitos para o particular seu destinatário. É por referência a tal momento (aprovação do projeto de arquitetura) que deve aplicar-se o princípio do «*tempus regit actum»* no que tange às regras urbanísticas a aplicar, mormente quando tenham ocorrido alterações normativas, designadamente ao nível dos planos urbanísticos, entre o momento em que foi aprovado o projeto de arquitetura e aquele em que foi praticado o ato final do licenciamento.